

JUDITY ANUNCIATA SERRY

PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA
CIDADE DE CARANGOLA-MG

MARÇO/2007

Viçosa-MG

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE ARTES E HUMANIDADES**

CURSO DE GEOGRAFIA

**PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO: PARQUE DE EXPOSIÇÕES DA
CIDADE DE CARANGOLA-MG**

Monografia apresentada à
disciplina GEO 481 – Monografia e
Seminário. Do curso de Geografia da
Universidade Federal de Viçosa como
exigência parcial para aprovação.

**Autora: Judity Anunciata Serry
Orientador: Prof. Leonardo Civale**

Março/2000

Nos passos que dei, não estava sozinha, nunca estive só... sou e me tornei o que juntos construímos...Por isso, a meus pais – amor incondicional, pedaços preciosos de mim; Geraldo - presença amiga e certeza de apoio, torcida fanática; Aliny e Gilbertinho – pureza, alegria, distância inevitável; À família – ajuda certa nos tempos incertos; aos amigos – saudade doída, dedico e, claro, ofereço a mais sincera gratidão pelas infinitas alegrias, dificuldades superadas, e pelo aprendizado compartilhado! Muito Obrigada!

Agradecimentos

Não teria como deixar de prestar agradecimentos ao meu orientador, professor e amigo Leonardo Civalo. Que sempre esteve disposto a me ajudar com suas contribuições, e sua paciência, meu muito obrigado.

Viver é aproveitar cada momento
como um milagre;
A “ausência” é a maior das distâncias.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE FIGURAS | vi |
| 1 – INTRODUÇÃO | 01 |
| 2 – OBJETIVO | 06 |
| 3 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 07 |
| 4 – METODOLOGIA | 12 |
| 5 – RESULTADO DAS DISCUSSÕES | 14 |
| • 5.1 Carangola no Contexto Político, Administrativo e Econômico | 14 |
| • 5.2 História das Exposições | 16 |
| • 5.3 Organização das Exposições e a Caracterização do Uso e Ocupação do Espaço Denominado Parque das Exposições | 17 |
| • 5.4 O Parque de Exposições à Partir de 1970 | 28 |
| 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 39 |
| ANEXOS | 41 |

Listas de Figuras

| | |
|---|----|
| FIGURA 01 – Apresentação do Gado Bovino (1945) | 22 |
| FIGURA 02 – Prova para Julgamento dos Animais (1945) | 22 |
| FIGURA 03 – Aterro das Margens do Rio Carangola (1977) | 24 |
| FIGURA 04 – Serviço de Terraplanagem (1977) | 24 |
| FIGURA 05 – Máquinas da CODELPLAN em Serviço | 24 |
| FIGURA 06 – Registro da Chegada de Máquinas e Equipamentos da CODELPLAN no Parque de Exposições (1977) | 25 |
| FIGURA 07 – Artigo do Sr. Paulo Figueiredo de Oliveira (1977) | 27 |
| FIGURA 08 – Parque de Exposições tendo ao Fundo o Bairro Aeroporto (1982) | 29 |
| FIGURA 09 – Parque de Exposições (1982) | 29 |
| FIGURA 10 – Parque de Exposições (2006) | 33 |
| FIGURA 11 – Memorial Descritivo do Parque de Exposições | 34 |
| FIGURA 12 – Configuração Atual do Parque de Exposições de Carangola | 35 |

INTRODUÇÃO

A discussão dos problemas que as cidades enfrentam já acumula conhecimento suficiente para evoluir o debate e inserir as questões do tema na vida da população como um todo.

Ao caminhar pela cidade, surpreende a forma como o espaço se encontra marcado, a diversidade de indivíduos, grupos e formas de apropriação. Neste cenário, que é para ser vivenciado, todos fazem papel de ator e espectador.

Os espaços urbanos são entendidos a partir de sua localização e de seus limites, que definem sua territorialidade. A marcação desse território acontece não apenas por limites geográficos ou referenciais visuais, mas pela apropriação do espaço por um grupo que desenvolve uma atividade específica, dando-lhe uma identidade.

Na sociedade atual, o sistema de mercado absorve quase todo o espaço e o repensa em função da utilidade econômica. Quase toda a cidade mostra sua estrutura a partir dos locais de trabalho e de consumo. A vida extraprofissional é repensada em referência à vida profissional. Neste contexto, os espaços públicos, que eram em maior parte locais não-econômicos, locais de convívio, de encontro coletivo e de relação com o outro, desaparecem, são re-funcionalizados.

RIBEIRO (2004, p.43) em seu artigo Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social, diz que a fundação da cidade expressa a subversão da ordem feudal, na qual o camponês estava atrelado ao proprietário da terra por laços de subordinação pessoal.

A ordem social passou a ser associada à emergência dos direitos humanos ligados aos direitos considerados naturais, intrinsecamente associados à condição humana. Ainda, segundo o mesmo autor, significaram um contraponto ao processo de urbanização de uma ordem antiga, tornando necessária à nova realidade urbana em constante movimento de transformação.

As mudanças e alterações implantadas no espaço urbano parecem, em princípio, destinadas a melhorar a vida da população. As construções de uma rua, de uma praça, de uma residência, parecem destinadas a promover uma melhoria da qualidade urbana. Entretanto, acrescenta Guidugli (1982), a forma como se dá cada mudança leva-nos a considerar que este suposto progresso é algo muito crítico, uma vez que somos facilmente afetados mais pelos prejuízos que pelos benefícios. Na verdade o que assistimos é uma

grande mudança nos valores sócio-culturais. Nas cidades, toda uma tecnologia sofisticada, uma mecanização crescente passa a presidir um círculo vicioso de construir, destruir, reformar, acrescentar, eliminar, privatizar. Esse movimento produzido pela ação de diferentes atores sociais é, portanto um processo de transformação dos espaços, numa arena onde se desenrolam articulações e conflitos entre agentes.

As cidades que se desenvolveram com a Revolução Industrial representam a grande novidade do século XIX (Pechman,1994), caracterizando um verdadeiro laboratório onde novas formas sociais, sistemas de saber e técnicas de poder são inventadas e implementadas. A lógica espacial da cidade constitui uma totalidade de relações (culturais, políticas, econômicas e sociais), na qual a parte dominante dessas relações pode influir na determinação de suas características estruturais.

Para CÔRREA (1989), a ação desses agentes sociais se faz dentro de um marco jurídico que regula as suas atuações. A cada momento histórico esses agentes criam estratégias visando garantir seu “espaço” no contexto da acumulação e desenvolvimento do capitalismo, tendo, portanto implicações na estrutura de poder da sociedade e na sua organização espacial. O debate sobre as relações de poder, segundo LACAZE (1993, p.13) estão diretamente vinculadas "as situações históricas em que o homem dispôs efetivamente de um verdadeiro poder pessoal para criar ou transformar as estruturas de uma cidade, para proporcionar-lhe uma imagem urbanística nova".

A ação do homem não ocorre de forma uniforme no espaço e no tempo. Ela poderá ser mais intensa em determinados momentos históricos. Dentro de um determinado contexto sócio-espacial, determinados grupos sociais tendem a exercer certo poder na configuração das estruturas urbanas, levando à apropriação de certos espaços públicos e às vezes à uma posterior privatização, daí a necessidade de uma visão do processo histórico, para melhor entender o processo de produção do espaço geográfico, que é um produto da ação do homem. Tomamos o termo apropriação como sinônimo de apossamento ou a ocupação (tornando própria), representando dessa forma a aquisição da propriedade pública.

Ruas são pavimentadas, árvores derrubadas, casas e prédios construídos, espaços são criados, substituídos e até extintos, completando a infra-estrutura de uma cidade. Em consequência do modelo de sociedade existente, verificamos a opressão das necessidades coletivas em prol dos interesses particulares, resultando em uma hierarquização do

território, onde, certos grupos, em determinado contexto, conseguem sobrepor seus interesses em detrimento dos interesses coletivos.

O modo de vida urbano interfere diretamente sobre o modo em que estabelecemos vínculos com nossos semelhantes e com o território. Entretanto, no sentido contrário a tais potenciais, os modelos de desenvolvimento implementados na maioria dos países em desenvolvimento se caracterizam por estabelecer padrões de concentração de renda e de poder, assim como processos acelerados de urbanização, que contribuem para a depredação do meio ambiente e para a privatização de certos espaços públicos, gerando exclusão e segregação social e espacial. Privatizar significa a transferência para o setor privado de uma atividade ou bem do setor público, que pertence à coletividade.

Todas as relações que envolvem usuário e meio, sejam estas culturais, antropológicas ou históricas, determinam a formação do espaço. Então, os relacionamentos com o espaço estão ligados diretamente à estruturação urbana e seu processo de transformação, seja pelo desenvolvimento tecnológico, modelo cultural ou pela divisão do trabalho, uma vez que este último influi diretamente na base dos relacionamentos sociais.

A natureza de um espaço determina os tipos de relacionamentos entre as pessoas, sendo, portanto, a conformação urbana um dos fatores que caracteriza a forma e o tipo de uso que o espaço adquire. Assim, o que determina se o espaço é público ou privado é o uso que se faz dele. Mesmo que um espaço seja destinado a um fim específico, nem por isso desempenhará a função para a qual foi construído. O tipo de uso ou o não-uso serão determinados pelos valores da população que o utiliza, o usuário. A utilidade de um espaço faz dele um valor de uso. Determinados espaços têm seu valor acrescido de acordo com o uso que se faz, e ainda de acordo com quem o utiliza. A apropriação de determinados espaços urbanos e sua utilização, o ordenamento territorial, levam à uma valorização desse espaço. O usuário é então aquele que usa ou desfruta algo coletivo

O grupo social ou cultural e a época influenciam nos diferentes usos que se faz deste espaço e nos diferentes sentidos que se atribuem a ele. Uma mesma disposição espacial poderá ser percebida de modos inteiramente distintos por dois indivíduos de cultura e realidade social diferentes (dimensão sócio-econômica), modificando o comportamento e as expressões culturais nos usuários desses espaços.

A natureza de uso e de quem usa define se o espaço é público ou privado, diferenciando-se de acordo com os interesses e as necessidades daquele que, como usuário do espaço, dele se apropria. O espaço urbano aberto ou fechado, público ou privado, é

definido pelo uso específico do mesmo, pela atividade desenvolvida como sendo atividade social de intercâmbio humano – onde há a necessidade do encontro, do outro, – ou como sendo atividade particular, onde a “intimidade” de determinado grupo demarca limites.

Instigar o pensar sobre a contemporaneidade (SANTOS) no que diz respeito à apropriação do olhar urbano desatento e a quebra desse, romper a mancha urbana que enevoa o olhar de quem vive um processo contínuo político e um crescente processo de perda de identidade, se faz necessário.

Assim, percebemos que a identidade de um espaço é a identidade de seu usuário ou de seu uso, sendo, portanto uma identidade social. Espaços públicos ou semipúblicos também podem se tornar privados quando ocorre a apropriação deles, ou seja, um grupo de pessoas define e dita suas regras de uso. Na cidade de Carangola-MG, o Sindicato dos Produtores Rurais, apropriou-se do espaço público, Parque de Exposições, onde agora ditam as regras de uso.

A privatização dos espaços públicos vem gerando profundas transformações nas cidades. Neste processo certos, grupos sociais mostram-se como agentes modeladores, que determinam o uso e ocupação de determinados espaços urbanos, levando a conflitos entre agentes capitalistas privados e o Estado, e ainda entre agentes dominantes e a população. Tal privatização é objeto de estudo de diversas ciências e a geografia, por privilegiar os aspectos vinculados à dinâmica sócio-espacial, pode fornecer contribuições significativas.

Cada pessoa escolhe o espaço onde encontra tipos de representação e comportamento que são semelhantes aos seus.

Diferentes classes sociais têm interesses e necessidades distintas, o que determinará diferentes formas de apropriação de um espaço coletivo enquanto espaço público. O usufruto do espaço privado também é consequência da situação sócio-econômica. Para as classes privilegiadas, parece não haver fronteiras, representam uma classe com interesses e aspirações semelhantes, mesmo que sejam de origens diferentes.

Com base no exposto, ressaltamos a importância da análise do processo de privatização dos espaços públicos, particularmente, ocorrido na cidade de Carangola-MG. O Parque de Exposições de Carangola hoje, ocupa uma área urbana de 10.396 m² e sua história de uso e ocupação por parte do Sindicato dos Produtores Rurais remonta à década de 1940, por ocasião da primeira Exposição Agropecuária e Industrial de Carangola que ocorreu em 1945.

Tal espaço passou por um processo de profunda transformação a partir da década de 1970 quando ocorreu uma profunda alteração, tanto em seu aspecto físico, com aterro de parte do rio Carangola, quanto à alteração no caráter de sua utilização. A princípio, tal espaço seria destinado à construção de uma avenida, entretanto, era utilizado livremente pela população local para lazer e entretenimento (cavalgada, contemplação da natureza, pescaria, etc), dado, que não havia a presença de muro, cercas ou qualquer forma de obstáculo físico que impedisse o trânsito livre da população. A prefeitura junto com grupos políticos realizava festas e comemorações em parceria com os produtores rurais, com entrada gratuita para a população. Com o decorrer dos anos, este local passou por um processo de apropriação e posterior privatização. Dessa forma o Sindicato dos Produtores Rurais passou a gerir esse espaço. A população agora só tem acesso a este local nos períodos de festa, só sendo permitido a entrada das pessoas que podem pagar pelo ingresso cobrado nos dias de shows, embora a prefeitura continue de certa forma financiando parte desse evento.

Acreditamos que nessa cidade encontramos problemas que são comuns as diversas cidades, os quais nos levam à reflexão quanto às estruturas urbanas. Entre alguns problemas, podemos citar a privatização dos espaços públicos, praticada por grupos sociais em determinados momentos históricos, que determinará a ocupação e o comportamento dentro desses espaços urbanos.

O presente trabalho se justifica pela oportunidade de apresentar elementos que servirão de subsídios para uma reflexão geográfica acerca do processo sócio-espacial de privatização de espaços públicos.

OBJETIVOS

O processo de privatização dos espaços públicos gera uma visível exclusão territorial, onde, o poder pessoal ou de um grupo passa a criar ou transformar a estrutura de um dado espaço.

Em 1945 o Parque de Exposições de Carangola-MG passa por um efetivo uso e ocupação por parte do Sindicato dos Produtores Rurais. Porém, é a partir da década de 1970 que se caracteriza o início do processo de privatização do espaço.

O presente trabalho, tem por objetivo identificar a apropriação e a posterior privatização do espaço. Procuramos caracterizar e determinar o processo sócio-histórico-espacial dessa privatização, bem como demonstrar os agentes sociais envolvidos e beneficiados.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Tomamos como um dos objetivos desta revisão bibliográfica a tarefa de discutir alguns conceitos, tais como, espaço, território e territorialidade na intenção de construir ferramentas conceituais, para uma abordagem dos problemas e transformações do espaço já definido.

Para tornar esta construção intelectual ainda mais inteligível, sugerimos que a mesma seja aplicada à análise de um objeto concreto mais próximo de nossa realidade.

Na presente revisão bibliográfica, buscamos primeiramente construir conceitualmente o espaço. A apresentação e definição de alguns conceitos geográficos têm por objetivo levar a uma análise e discussão de um tema, amplo, atual e bastante presente nas cidades: a privatização de espaços públicos enquanto resultado das relações de poder.

No presente trabalho, ao fazermos uso da palavra “espaço”, estaremos nos referindo ao conceito de espaço formulado por SANTOS (1997), onde o espaço geográfico é "o resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade".

Acrescentando que: "o espaço constitui a matriz sobre a qual novas ações substituem as ações passadas", ele procura diferenciar o conceito de espaço do de paisagem, afirmando que "a paisagem é o conjunto de formas, que num dado momento, exprimem as heranças que discernimentos e argumentos considerados importantes ao se buscar representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima". São nesses termos que Santos resume: "espaço geográfico, um híbrido". (SANTOS, 1997, p. 81-85).

SOJA (1993) em seu livro "Geografias pós-modernas", defende a necessidade de uma "reafirmação do espaço na teoria social crítica" (SOJA, 1993, p.7) e, mais do que isso, propõe idéias que possam contribuir num projeto sócio-espacial de desenvolvimento, que, "como quer que venha a se configurar, seja conscientemente espacializado desde o começo". (SOJA, 1993, p.12-13).

Segundo SOJA, só a partir da crise iniciada no final dos anos 60 e início da década de 70 é possível identificar, em alguns autores, uma revalorização do espaço como categoria fundamental na reconstrução de uma teoria social crítica com historicidade, mas não historicista.

SOJA capta esta espacialidade às vezes latente, em outras vezes explícita no trabalho de alguns dos mais importantes pensadores contemporâneos como Lefebvre, Foucault entre outros, visando reunir material para empreender uma "luta ontológica pela restauração da espacialidade existencial significativa do ser e da consciência humana, pela composição de uma ontologia em que o espaço tenha importância desde o mais remoto começo" (SOJA, 1993, p.15).

Lefebvre (1974) em sua obra, demonstra como as forças produtivas atingiram uma potência para produção do espaço em escala mundial, criando uma contradição principal - o espaço produzido globalmente e suas fragmentações, pulverizações, despedaçamentos - resultante das relações de produção capitalistas.

Quando se define a existência de um espaço que não está de acordo com nenhuma das convenções, este passa a ser ignorado, abandonado ou transformado, por estar dissociado da vivência social. Essas pequenas desregulações ontológicas do espaço da cidade ganham uma dimensão maior do que a mera escolha de outro lócus de representação: seja pela sensação de enfado, de insegurança ou de desconforto, a diminuição da representatividade simbólica desses lugares na dinâmica urbana parece sinalizar para um processo ainda incompleto de renovação dos espaços.

A construção intelectual de Foucault chamava atenção para novas formas de se ver os espaços, de colocá-los em ação, de interpretá-los como texto e como contexto, de valorizar de maneira efetiva a sua multiplicidade de formas e sentidos. Ao fazê-lo, o autor indubitavelmente incorreu em uma contribuição importante para a geografia contemporânea, chamando a atenção indiretamente para uma maior capacidade analítica latente nos debates geográficos. Foi com este intuito, que SOJA trouxe essa construção intelectual para a geografia, esperando dessa formar utilizar-se de tal construção para compreender os "outros espaços" que se mostravam em formação nas cidades.

Soja na inversão de sentidos nos espaços públicos (SOJA 1996), se apropria dessa formulação de Foucault e a amplia, Soja imagina que a formulação do autor francês poderia ser transposta para as reflexões da organização e do planejamento da cidade. Soja faz tal afirmação por acreditar que tais formulações teóricas são capazes de expressar conseqüências da atual "compressão do tempo e do espaço", ou seja, destaca que a introdução de novas tecnologias de comunicação, as transformações no mundo do trabalho e que a diminuição do poder simbólico do poder identitário dos Estados-Nação, alteram as

dinâmicas sócio-espaciais de maneira intensa, aferindo novas relações sociais, condicionadas a arranjos espaciais também diferentes (SOJA, 1993).

Portanto, o quadro de referências no qual o autor faz tal trabalho, sugere nova reflexão sobre o domínio urbano. De acordo com essa reflexão, a relação entre a Modernidade e o espaço público é evidente e poderia ser rapidamente sintetizada no seguinte conjunto de características: um espaço definido por lei, que permite o livre acesso e a livre troca de idéias mediadas pelos princípios democráticos, um espaço que possui uma relação direta com a vida pública e com a sua reprodução, um espaço que propicia a co-presença conflituosa de indivíduos, enfim, seria a *mis-en-scène* da vida pública (GOMES, 2003).

De acordo com Soja:

“(...) mesmo as imagens modernistas familiares estão sendo substituídas por um conjunto de simulações que erodem o tempo (...). Como Foucault notou, a heterotopia começa a funcionar na sua capacidade máxima quando chega a um tipo de quebra com o seu tempo tradicional. Talvez isso seja também quando o poder do lugar é neutralizado ou invertido em lugares do poder, e (...) quando toda a história moderna entra forçosamente em colapso, em uma geografia pós-moderna e contemporânea” (SOJA, 1996: 19).

Inspirado pelo caráter de inversão, de suspensão ou de rompimento proposto por Foucault, Soja via uma construção intelectual capaz de qualificar de maneira inigualável as mudanças que ocorriam nos espaços públicos. Ao contrário da simples constatação de uma territorialidade e suas motivações e justificativas, o autor esperava com isso atingir uma nova linha de argumentação, estudando mais especificamente a transformação progressiva do poder mediador do espaço e apontando a sua validade.

Com isso, o autor tentava conferir maior individualidade à abordagem geográfica, chamando atenção para o fato de que, nessas mudanças, o sentido essencial da vida moderna pareceria ser confrontado a novos sentidos e às novas maneiras de agir na cidade.

Por isso, SOJA preocupou-se em alertar que, "devemos estar cientes de como é possível fazer com que o espaço esconda de nós as conseqüências, de como as relações de poder e disciplina se inscrevem na espacialidade aparentemente inocente da vida social", e, mais do que isso, "como as geografias humanas tornam-se repletas de política e de ideologia" (SOJA, 1993, p.13).

Para Lefebvre (1959) o desenvolvimento histórico não se julga somente em função do passado ou da ordem existente, mas em função do possível. É também saber que não se salta nesse futuro, que as etapas do movimento não se misturam, que a construção do futuro oferece contradições mais ou menos profundas, e que é necessário escolher aquelas que se encontram soluções e discerni-las daquelas cuja solução é ainda impossível.

Dentro deste contexto, ao analisarmos o processo de uso e ocupação do espaço urbano público, denominado Parque de Exposições de Carangola-MG, vemos que, sua apropriação originou-se da necessidade de um pequeno grupo da sociedade local (Sindicato dos Produtores Rurais), obter projeção regional, política e econômica. Dessa forma, uma exposição de produtos agrícolas e industriais, escondia objetivos políticos e ideológicos. O argumento inicial era de que a cidade de Leopoldina, através de sua Exposição Agrícola e Industrial, obtivera projeção regional, e incentivo econômico e político. Neste aspecto, um evento no mesmo molde, representaria benefício para toda a sociedade carangolense. Sendo assim, o uso e a efetiva apropriação do espaço público por essa parcela da sociedade se justificaria.

Devemos ter em mente a relação direta do termo com a união categórica de dois outros termos: espaço e poder. Interpretar o território sob esse aspecto significa, antes de tudo, entender como o espaço pode ser concebido como uma fonte de poder. O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e à partir de relações de poder. A questão essencial acerca desse território seria: quem domina ou influencia quem nesse espaço e como?

Essa complexidade do conceito de território pode ser evidenciada tomando-se como exemplo, o processo de privatização do espaço público urbano denominado Parque de Exposição, na cidade de Carangola-MG. Tal processo foi o indutor de profundas alterações, quanto ao uso e a ocupação do espaço em que se desenvolveu, como apontado pelo presente trabalho realizado.

Quando fazemos uma análise da relação de poder, devemos pensar em como se manifesta tal relação de poder, seja de forma implícita ou explícita, e se o poder seria a capacidade de obter resultados desejáveis, como por exemplo, a apropriação de um espaço público. Tais noções devem ser consideradas como mecanismos de atuação política.

No contexto do objeto de estudo de nosso trabalho (Parque de Exposições de Carangola), vimos que uma elite agrícola - Produtores Rurais da Comarca de Carangola – desde a organização da primeira exposição de produtos agrícolas de Carangola, “Semana

Agrícola” realizada em 1928, sempre esteve representada na política municipal e estadual. Dessa forma, as relações de poder público e privado sempre estiveram atreladas ao longo do processo histórico-socio-espacial, que culminou com a privatização do referido espaço público.

De acordo com Raffestin (1993,p.158), a territorialidade reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade nas sociedades em geral. Segundo o autor, os homens vivem ao mesmo tempo o processo e o produto territoriais por meio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. Todas elas são relações de poder, uma vez que existe interação entre os agentes que buscam modificar tanto as relações com a natureza, como as relações sociais, e sem se darem conta disso, os atores também modificam a si próprios. Nesse sentido é impossível manter qualquer relação que não seja marcada pelo poder.

Raffestin define a territorialidade como:

“[...] um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. [...] essa territorialidade é dinâmica pois os elementos que a constituem [...] são suscetíveis de variações no tempo. É útil dizer, neste caso, que as variações que podem afetar cada um dos elementos não obedecem às mesmas escalas de tempo. Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica num conjunto de instrumentos também determinados, suas necessidades em energia e em informação. As relações que a constitui podem ser simétricas ou dessimétricas, ou seja, caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não. Opondo-se uma à outra, teremos uma territorialidade estável e uma territorialidade instável. Na primeira, nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis a longo prazo, enquanto na segunda todos elementos sofrem mudanças a longo prazo. Entre essas duas situações extremas teremos os outros casos, nos quais um ou dois dos elementos podem mudar, enquanto o outro ou os outros permanecem estáveis” (Raffestin, 1993:160-61).

Nesse sentido, podemos observar que, a territorialidade do grupo dos produtores rurais passou a ser visivelmente delimitado sobre o território Parque de Exposições, através da construção do muro, que por ora o separa do resto do bairro onde se localiza.

Essa fronteira demonstra como os grupos sociais ordenam e sistematizam o seu mundo e a ideologia que identifica o grupo, quais são os princípios que organizam seu universo simbólico e o tipo de poder que influencia suas ações e que marcam suas opções e comportamentos em relação ao espaço e à constituição dos territórios urbanos.

METODOLOGIA

Na presente pesquisa, fizemos uso do caráter sócio-histórico-espacial, pois, o grupo social ou cultural e a época influenciam nos diferentes usos que se fazem do espaço e nos diferentes sentidos que se atribuem a ele.

Com o intuito de identificar a privatização de um espaço público (Parque de Exposições), utilizamos dados documentais advindos da Câmara Municipal, do Museu Histórico Geográfico e do Sindicato dos Produtores Rurais, da Cidade de Carangola-MG. O referencial bibliográfico, em relação ao tema, procurou abordar conceitos pertinentes ao debate e à ciência geográfica.

Caracterizando inicialmente o período de seu efetivo uso a década de 1940, fizemos uso de um recorte temporal a partir da década de 1970, dado que neste período o referido espaço passou por uma profunda modificação em sua estrutura física, com a mudança do curso do rio Carangola, e conseqüente aumento da área do Parque de Exposições.

Desta forma, procuramos analisar o processo de uso e ocupação do espaço público denominado Parque de Exposições de Carangola.

Tal revisão bibliográfica teve por finalidade fornecer embasamento teórico para o processo de construção do referido trabalho. Utilizamos os autores como Edward Soja, Marcelo Lopes Corrêa, Milton Santos, dentre outros como ferramenta conceitual para compreender as transformações dos espaços urbanos, tidos aqui como exemplo concreto, a privatização de espaço público.

Em seguida, fizemos uma visita à cidade de Carangola-MG, onde foi feito o levantamento dos dados documentais a respeito do referido espaço. Dessa forma, fizemos uso de análises documentais, tais como jornal local (Gazeta de Carangola) e os documentos do processo legislativo da Câmara Municipal, que levaram à doação do referido terreno. É importante ressaltar que, quanto aos levantamentos dos dados, contamos também, com fotografias tiradas desde a década de 1940 até os dias atuais, com o objetivo de melhor visualizar a transformação ocorrida.

Com o intuito de obtermos dados relevantes para nosso trabalho de pesquisa, foi feita uma visita à cidade de Carangola-MG, no período de 2006. Inicialmente, procuramos o Museu Histórico Municipal. Sendo nossa pesquisa de caráter sócio-histórico, acreditávamos que lá seria nosso ponto de partida. Entretanto, foi no recém-criado Arquivo

Geográfico Municipal, que tem como sede, uma sala na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Carangola (FAFILE/UEMG) que encontramos alguns documentos. Fizemos uma consulta à biblioteca da FAFILE, onde tivemos acesso e pudemos consultar alguns exemplares encadernados da extinta Gazeta de Carangola. Salientamos, que esses exemplares encadernados, relatam a história das Exposições Agropecuária e Industrial do município de Carangola-MG. Os artigos do jornal, os quais foram consultados, foram usados como fonte, e não como material com conteúdo teórico-metodológico visando a fundamentação da discussão.

Outro importante contato foi feito através do Sindicato dos Produtores Rurais, com um membro da atual diretoria.

Após todas as etapas anteriores cumpridas, o texto foi escrito e os dados foram coletados e organizados, com o intuito de obter o texto final pesquisa.

RESULTADO DAS DISCUSSÕES

Carangola no Contexto Político Administrativo e Econômico

Situada na encosta do Planalto Atlântico, Carangola está à leste do estado de Minas Gerais, pertencendo à mesorregião da Zona da Mata e à Microrregião de Muriaé. Polariza a atenção de aproximadamente 12 municípios circunvizinhos. Dada a sua estrutura de prestação de serviços, um significativo comércio e um pequeno processo de industrialização, recebe influencia de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Juiz de Fora.

O município de Carangola está constituído atualmente pela sede e pelos distritos de Alvorada, Lacerdina e Ponte Alta de Minas. É circundada pelos municípios de Divino e Espera Feliz, ao norte; Caiana, Espera Feliz, à leste; Fervedouro e São Francisco do Glória, a oeste, Pedra Dourada e Faria Lemos, ao sul.

Localiza-se na divisa de Minas Gerais com os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro está ligada às demais cidades mineiras e às principais cidades brasileiras, pelas rodovias: BR-482 e MG-111, o município localiza-se a 32km da BR-116.

Carangola está economicamente apoiada na agropecuária, especialmente nas produções de leite, café e nas lavouras de milho e feijão, de onde vem a maior parte dos recursos de ICMS do município.

De acordo com dados do Instituto Estadual de Florestas (IEF), as pastagens ocupam 60% da área das propriedades rurais, abrigando importantes rebanhos bovinos, voltados, em sua maioria, para a produção leiteira. Predomina-se a mão de obra familiar. Segundo dados do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, o município possui um rebanho bovino de aproximadamente 13 mil cabeças e uma relação de quase 500 criadores cadastrados.

De acordo com documentos consultados no Museu Municipal, a elevação à categoria de cidade¹ se deu através da Lei nº 2848, de 25 de outubro de 1881, a emancipação política em 07 de janeiro de 1882, com a instalação do primeiro governo municipal.

1 -Dia 13 de dezembro de 1856 é a provável data da reunião de fundação entre aqueles que são considerados dos principais fundadores de Carangola.

A região do rio Carangola fora palco de esporádicas incursões de aventureiros, extrativistas e indivíduos ligados à mineração. As vertentes do rio eram, então, matas virgens, habitadas por índios puris. De acordo com documentos da época, caberia aos irmãos Lessa,

família de origem francesa, a organização dos primeiros roçados a partir de 1830. Três anos depois já havia no local, onde hoje está edificada a cidade, um pequeno agrupamento - Arraial Novo. Nos anos de 1840, o número de roças já era expressivo. Dispunham-se, de modo intermitente, as construções modestas ao longo do rio. Também os tropeiros, antes raros, intensificaram as passagens por aqueles sítios rumo a Campos dos Goitacázes-RJ.

As fazendas na região do vale do Carangola, até meados do século XIX, tinham como característica fundamental à auto-suficiência e diversificação de produtos agrícolas. A cultura do café, introduzida na década de 50, mudou este perfil sem, entretanto, perder a diversificação. Uma conjuntura de elevação de preços internacional e geadas em cafezais paulistas, entre os anos de 1868 e 1876, favoreceu largamente o desenvolvimento da lavoura, fato que permite o crescimento da cidade e as conseqüentes melhorias urbanas. Assim, em 7 de janeiro de 1882, como afirmação de prosperidade, instalava-se a 1ª Câmara Municipal, desmembrada Santa Luzia do Carangola do município de Muriaé.

A chegada do trem através da Estrada de Ferro (*The Leopoldina Railway*) em Carangola, com seus vagões de mercadorias e passageiros, tornou-se o contato estreito com a capital do País, de onde partiam jornais diários, bem como viajantes, cujo papel foi decisivo na mudança de costumes da população da cidade. O caminho, que antes era feito por um percurso fluvial até Campos dos Goitacázes (RJ) e outro marítimo de Campos até a Corte, exigiam, em condições normais, algumas semanas de riscos e aventuras. Dessa forma, se reduziu o trajeto, e a máquina, partindo do Rio no começo da manhã, alcançava a estação de Carangola no tempo máximo de 15 horas. O trem da Leopoldina forçava, ademais, a introdução de melhorias no beneficiamento do café, além de garantir seu escoamento.

Nos anos de 1920 ganha nítido contorno a paisagem social. As aldeias viravam cidades, crescidas com casario e jardins. O café fortaleceu a lavoura, e o trem facilitaria o contato com várias localidades. Chega a informação pelo telégrafo e pelo correio. A cidade conquista o calçamento. Pés-de-moleque cobriram-lhe as ruas estreitas. Chegam a luz elétrica e água encanada. Porém, em 1931, a crise do café interrompe o processo de

desenvolvimento da comunidade cafeeira de Carangola, esvaziando o núcleo urbano de recursos.

Dentro deste contexto de crise de recursos, que em janeiro de 1932 o recém-criado Comitê Central dos Lavradores, junto com representantes da Lavoura, do Comércio e dos políticos locais, idealizaram a realização de uma Exposição Agropecuária, entretanto, só em 1945 que conseguiram realizar tal feito. À princípio, a idéia inicial da realização de tal evento, seria a projeção regional do município, dado que o mesmo possuía uma agricultura desenvolvida, um considerável plantel de gado bovino, e pouca projeção regional.

O município de Carangola, desde a sua fundação tem a agricultura como a principal atividade econômica, que hoje representa a maior parcela de arrecadação de ICMS municipal. Dessa forma, os produtores rurais exercem uma importante influência econômica, política e social desde os primeiros anos de sua fundação. Ao consultarmos documentos da época de sua fundação, podemos constatar que entre aqueles que são considerados os principais fundadores de Carangola, sua grande maioria é constituída de produtores rurais.

História das Exposições

A primeira vez que Carangola concorreu numa exposição de caráter agrícola foi em 1892, quando remeteu algumas amostras de produtos agrícolas produzidos no município, para a Exposição Internacional, realizada em Chicago, EUA.

Foi a evolução da pecuária nesta região leste da zona da mata mineira, que ocasionou a participação em eventos de exposição, de produtos da agricultura, pecuária e posteriormente de amostras da indústria local.

De acordo com artigo da gazeta de Carangola de 14/10/78 de autoria de Rogério Carelli, a primeira exposição organizada de produtos agrícolas de Carangola, foi a “Semana Agrícola” realizada em 1928, durante o governo municipal do Dr. Waldemar Soares. Constituiu numa exposição de sementes, plantas e flores, realizada nos fundos do pátio da Escola Estadual Mello Viana. Ainda segundo o mesmo artigo, foi a primeira vez que se tentou a realização de uma Exposição Agropecuária nos moldes aproximados da atual foi em 1932.

Em janeiro ano de 1932, foi criado o Comitê Central dos Lavradores, cuja iniciativa partiu do Dr. Malvino Dutra Carvalho, advogado e agricultor, que na época presidia aquela organização².

Em 24 de janeiro, numa reunião, ficou decidida a organização de uma Exposição

Agropecuária e numa Feira de Amostras (de produtos industriais) anexa. Na ocasião foi encaminhado um ofício ao Dr. João Carlos Belo Lisboa, diretor da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), solicitando a cooperação técnica, para a organização dos pavilhões e de outros detalhes técnicos.

Houve na época, um entendimento entre o Comitê de Lavradores e a Estrada de Ferro (*The Leopoldina Railway*) na pessoa do seu Diretor Gerente Interino, George Bernard F. Neele, e o Inspetor do Tráfego, Clifford Foster Potter, para concessão de desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens durante a época da Exposição para a composição dos carros especiais, e transporte de produtos ou animais nas mesmas condições. Na década de 1930 a ferrovia era a única opção de transporte à longa distância.

O movimento revolucionário em São Paulo, o chamado Movimento Constitucionalista (1932), fez com que a Exposição fosse adiada para setembro de 1932, pois julgavam que o movimento seria de breve duração. Como durou três meses, gerando uma mobilização de recursos humanos e financeiros que exauriu os governos federal e estadual, a Exposição foi definitivamente posta de lado, só ocorrendo iniciativa semelhante treze anos depois em 1945.

Organização das Exposições e a Caracterização do Uso e Ocupação do Espaço Denominado Parque de Exposições

De acordo com artigos da Gazeta de Carangola, vimos que o sucesso obtido pela cidade de Leopoldina, através da Exposição de Pecuária realizada a partir de 1942, fez com que o município obtivesse imenso destaque regional e certas vantagens políticas e econômicas.

2 - A constituição da Diretoria da Exposição era: presidente – Dr. Waldemar Soares, Prefeito Municipal. A princípio o evento seria no dia 24 de julho e o término em 07 de agosto.

As diferenças entre lugares são os resultados do arranjo espacial dos modos de produção particulares, como por exemplo, a caracterização de um bairro industrial. De certa forma, o valor de cada lugar depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço, reproduz a ordem internacional (SANTOS, 1974:8).

A relação social se dá através das formas materiais, mas também possuem aspectos imateriais, como o dado político e/ou ideológico, todos eles tendo uma influência determinante nas localizações, e se tornam assim uns fatores de produção, uma força produtiva do espaço.

O êxito municipal da cidade de Leopoldina sensibilizou a Diretoria da Associação Rural de Carangola a idealizar um evento semelhante. Em termos de pecuária, por exemplo, as condições eram favoráveis. O município de Carangola dispunha do melhor plantel bovino de origem europeia do leste mineiro tinha o melhor em qualidade e quantidade de rebanho, mas não possuía nenhuma projeção nem divulgação. Daí a crença da necessidade da realização de um evento como uma exposição anual.

A redistribuição dos papéis a cada novo momento do modo de produção e da formação social, depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos. Neste contexto, Carangola gozava quantitativa e qualitativamente das infra-estruturas. Possuía uma considerável produção agrícola, uma significativa atividade industrial, através das fábricas de cerâmica, fábrica de malas e laticínios, e ainda facilidade de escoamento da produção através da estrada de ferro Leopoldina. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm papéis neutros na vida e na evolução das formações econômicas e sociais. O espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, econômicas e políticas. Até a década de 1930, Carangola destacava-se pelo seu desenvolvimento econômico e urbano se comparado a outros municípios, já possuindo luz elétrica, água encanada, telégrafo e correio, ruas calçadas e ligação com importantes municípios, através da estrada de ferro onde seus vagões de passageiros serviram para introduzir novos costumes na sociedade local. O contato estreito com a capital do País, de onde partiam jornais diários, bem como viajantes atraídos pelo comércio local, introduziram novos costumes na população da cidade. De acordo com documentos consultados no Museu Histórico Municipal, data desse período o crescimento da população local. Várias famílias de outras regiões buscavam Carangola para fixar residência, vários casarios da cidade, o

Teatro Mocambo e o Estádio Municipal foram erguidos nesse período. A crise do preço do café à partir de 1931 afeta significativamente toda a sociedade, principalmente o comércio local, que se vê esvaziado de recursos. A crise do café levou a uma profunda transformação social. Os donos das fazendas de café, que possuíam o poder econômico e a conseqüente influência na política local, vêem seus poderes abalados. Surgem novas lideranças políticas e econômicas nesse período, em que alguns comerciantes passam a se destacar. Dentro desse contexto, os produtores rurais representados pelo Comitê Central dos Lavradores, alguns representantes do comércio e políticos da época, idealizam uma exposição agropecuária, aos moldes da exposição que ocorria na cidade de Leopoldina, que na época possuía projeção econômica e política regional.

Em 22 de abril de 1945, no salão nobre da Associação Comercial de Carangola, teve lugar sob a direção do Sr. Ignácio Luiz da Silva Thomé, presidente da Associação Rural, uma reunião com representantes da Lavoura do Comércio e Indústria, com a presença do prefeito da cidade de Espera Feliz, Sr. Pedro de Oliveira, que residia no município de Carangola e que posteriormente veio a ser prefeito do referido município, e do então prefeito da cidade de Tombos, o Sr. Sebastião Rocha. Achamos importante ressaltar que o Sr. Inácio Luiz da Silva Thomé, era membro de umas das mais tradicionais e influentes famílias do município.

Foi decidida a realização no período de 12 a 19 de agosto no ano de 1945, uma Exposição Agropecuária e Industrial, sob o patrocínio das Prefeituras Municipais de Carangola, Tombos e Divino. Foram relacionados 101 nomes que comporiam as 13 comissões. A Comissão Diretora ficou assim composta: Presidente: Sr. Ignácio Luiz da Silva Thomé; Vice Presidente: Dr. José Larivoir Esteves; Secretário: Dr. José Garcia de Freitas; Tesoureiro: Carlos Hosken, todos faziam parte da elite da sociedade da época, e atualmente emprestam seus nomes para várias ruas da cidade. A Grande Comissão de honra era composta por autoridades federais e estaduais, e as demais pelos membros representativos da auto denominada classe produtiva da cidade. Desta forma, a elite dominante constituía o poder local, pois, estava atrelada aos poderes constituídos e influenciava as tomadas de decisões das autoridades locais.

O poder dos produtores rurais foi legitimado pelos poderes constituídos, quando esses permitiam a influência dos mesmos na tomada de decisões de interesse público, e legitimado ainda pela população em geral, quando a mesma via nos produtores rurais a classe produtiva responsável pelo crescimento e pelo eventual progresso municipal.

Marcelo Lopes de Souza nos diz que as bases da constituição das relações de poder que delimitam um espaço e definem um território devem ser também interpretadas, lembrando que o poder deve ser legitimado. Assim, deve-se também analisar o tipo de autoridade que domina os homens e de que maneira o poder é legitimado pelos grupos subordinados. Para que a legitimidade ocorra, ela deve ser garantida ou sustentada, sendo necessário "acreditar" na legitimidade, ou ter vontade de obedecer, ou ter uma justificativa interna para querer obedecer. A natureza dos motivos que levam um grupo a obedecer à autoridade de outro, determina o tipo de dominação desenvolvida, podendo ser de ordem pessoal ou impessoal, através de aparatos formais ou informais. Para a manutenção do poder "os domínios organizados, que demanda a administração contínua, exige que a conduta humana seja condicionada à obediência para com os senhores que pretendem ser os portadores do poder legítimo" (SOUZA:1996)

O governo estadual enviou à cidade de Carangola, no primeiro semestre de 1945, o Dr. Donorte de Souza André, para inspecionar o projeto dos pavilhões e o local escolhido. Através do parecer favorável de Donorte, o governo estadual concorda plenamente com a escolha. Para orientar os agricultores e pecuaristas, acerca da forma de preparação e apresentação de animais e produtos agrícolas, dado que os mesmos não possuíam experiência em tal evento, a "Gazeta de Carangola" publicou vários artigos de autoria do Agrônomo Dr. Décio Pereira Silva.

As verbas oriundas do Governo Estadual (1945) foram destinadas para os gastos durante o evento. Nisto, compreendia os gastos com os Veterinários, Técnicos, e Banda de Música do 2º Batalhão d Polícia de Juiz de Fora. A construção dos pavilhões esteve a cargo dos Srs. Luiz Beletti e Augusto Magalhães Queiroz. O financiamento destas construções foi obtido por subscrições, tendo a Indústria de Laticínios Braco Ltda, do município de Faria Lemos, oferecido um dos Pavilhões. A mão de obra e parte dos gastos com material, veio dos recursos da prefeitura local.

Dos primitivos pavilhões só restam os destinados ao gado bovino. O pavilhão leiteiro existiu até 1953. O primitivo pavilhão das Indústrias foi substituído pelo pavilhão "Antônio Marques" construído no ano seguinte de 1954.

Segundo alguns artigos de jornal da época, o local onde é hoje realizada a exposição, é o mesmo desde o ano de 1945. De acordo com relatos em artigos de jornais da época, na ocasião da construção do estádio Municipal Roseny Soares, a previsão das autoridades municipais, era a de construir no referido espaço uma avenida.

Assim, percebe-se que a identidade de um espaço é a identidade de seu usuário ou de seu uso, sendo, portanto, uma identidade social. Espaços públicos ou semipúblicos também podem se tornar privados. Todo o espaço na mediação do estádio pertencia ao município, a população local possuía livre acesso, o projeto municipal era usar esse espaço para a construção de um arruamento. Quando os produtores rurais passam a utilizar esse espaço, é quando ocorre a apropriação e a territorialização deste, ou seja, um grupo de pessoas passa a definir e ditar suas regras de uso.

Quando se pensa em "território", emerge a questão do poder. Raffestin (1993), afirma: "o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração), o ator territorializa o espaço". O sentido do agir e da apropriação são expressos pelo autor mais claramente em seguida: "o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações de poder".

Devido à carência de transportes da época, era comum aos produtores rurais, a utilização de animais como equinos e muares para o transporte. Na ocasião da 1ª Exposição, vários boxes para abrigá-los foram construídos, acompanhando a curva do muro do Estádio Municipal. Neste momento, nasceu o costume da época, de usar o gramado do referido estádio para passeios, e construção de barracas para bares e restaurantes. Este costume é que gerou uma das molas inesperadas que fizeram as Exposições anuais constituírem o maior evento do município.

Em 12 de agosto de 1945, às 12 horas teve lugar o ato de inauguração da 1ª Exposição Agropecuária e Industrial de Carangola. Na época, a Comissão Diretora decidiu não cobrar ingresso conforme o previsto. A medida foi tomada visando evitar uma má impressão que poderia advir. Nesse sentido, limitaram à cobrança do ingresso só para o jogo de futebol, pois, onde estavam localizados os pavilhões, ou nos locais para avaliação

do gado, não havia a existência de muros ou cercas (fig. 01), o que de certa forma dificultou verdadeiramente a cobrança dos ingressos.

Apresentação do Gado Bovino (fig 01)



Fonte: Arquivo Geográfico Municipal (1945)

Entretanto nos eventos noturnos ou de julgamento dos animais, a população ficava segregada de um lado, e a elite local permanecia do outro lado, separados por uma espécie de cerca. (fig. 02).

Prova Para Julgamento dos Animais (fig .02)



Fonte: Arquivo Geográfico Municipal (1945)

A organização deste evento ocorreu em dois meses e um dos benefícios advindos foi à passagem da criação de gado zebu, para a pecuária racional, voltada para a produção do leite, o que representou um avanço econômico³, porém, somente para os produtores.

O Parque de Exposições no período de 1945 até a segunda metade da década de 1970, só era efetivamente utilizado pela prefeitura, ou pelos produtores rurais, no período das exposições. A população tinha livre acesso a esse espaço. Porém, dentro desse período, algumas modificações significativas foram efetivadas. Alguns pavilhões foram descartados, e outros foram construídos. Vale a pena destacar, que o poder público, através da prefeitura municipal, financiou parte dessas construções, seja disponibilizando verba para a aquisição de material para a edificação, liberando funcionários para o trabalho na referida obra, ou ainda fornecendo máquinas e equipamentos.

Até meados da segunda metade da década de 1970, esse espaço era atingido anualmente pelas cheias do rio Carangola. Em 1977 foi colocado em prática, o projeto municipal de retificação da parte do rio que margeava parte do referido espaço e desta forma, parte do rio foi aterrado (fig.03) e anexado ao referido espaço, que passou a constituir 10.396m².

Em 1977, através do Jornal Gazeta de Carangola, a população local veio a saber que o então Deputado Estadual João Belo de Oliveira, conseguiu através da CODELPLAN - Companhia de Terraplanagem – realizar o serviço de Terraplanagem (Fig 03, 04 e 05) no terreno, que o Sindicato dos produtores Rurais, diziam ter recém-adquirido. É de fundamental importância, ressaltar que o dito terreno foi oriundo do aterro de parte do rio Carangola, que havia sido anexado ao terreno de propriedade da Prefeitura Municipal.

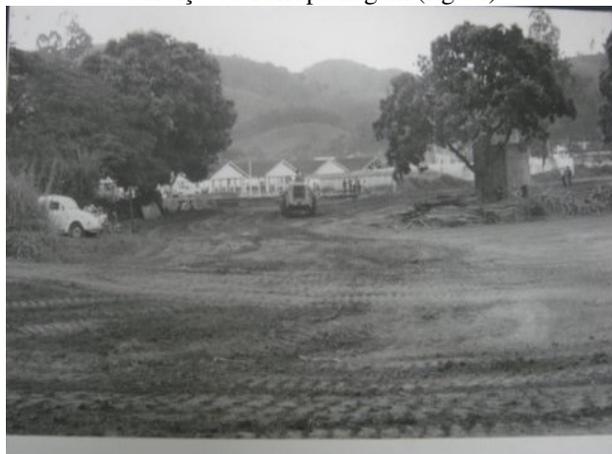
3 - O relevo acidentado da região, não permite a criação de gado bovino para corte, desta forma essa atividade econômica era inviável economicamente.

Aterro das Margens do Rio Carangola (fig.03)6,03x8,04



Fonte: Arquivo Histórico Municipal (1977)

Serviço de Terraplanagem (fig.04)



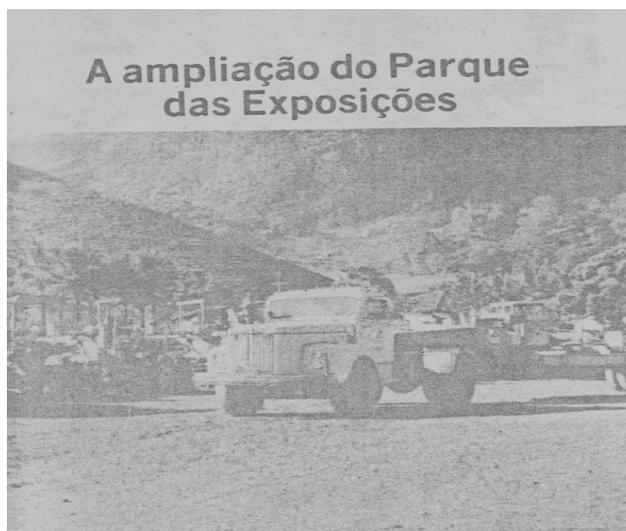
Fonte: Arquivo Histórico Municipal (1977)

Máquinas da CODELPLAN em serviço (fig. 05)



Fonte:Arquivo Histórico Municipal (1977)

Registro da Chegada de Máquinas e Equipamentos da
CODELPLAN no Parque de Exposições (fig 06)



Fonte: Gazeta de Carangola (Julho/1977)

No referido jornal “Gazeta de Carangola”, o qual tinha como proprietário o Sr. Paulo Figueiredo de Oliveira, produtor rural e dono da CODELPLAN Ltda, havia o seguinte texto abaixo da figura 06 extraída da referida publicação:

“Graças, pois, à intervenção imediata de nossos representantes, teremos a satisfação de ver realizado um dos mais importantes e antigos objetivos de nosso Sindicato Rural, que era o de ver anexado ao conhecido e extenso patrimônio, a área onde será de ora, ampliado os seus pavilhões e apresentado novos “stands”, onde o povo poderá transitar livremente, sem prejudicar as instalações...(Gazeta de Carangola Julho/1977).

Para a verificação da constituição dos territórios é necessário observar as práticas sociais, os códigos e a formação de redes. É preciso "identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção - a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores" (SOUZA: 1996). Neste sentido, cada recorte social, ou de grupo que tiver uma identidade (uma história comum), representada por instituições (formais ou informais) e que possua espaços próprios de socialização, constitui um território.

O Parque de Exposições de Carangola, passa a um efetivo uso com realização anual da exposição agropecuária. Os produtores rurais são os idealizadores de tal evento, entretanto, o comércio e a indústria local também tiveram importante participação em tal idealização e organização, e também utilizam o espaço para exposição de seus produtos,

por ocasião da exposição anual. Mas, é interessante observar, que só o grupo representado pelos representantes dos produtores rurais, que se apropriam efetivamente do espaço, ditando regras de uso.

É bastante interessante observarmos, que já em 1977, o Sindicato já tratava o espaço público, Parque de Exposições, como parte de seu “extenso” patrimônio. Porém, em seu estatuto consultado e em alguns documentos encontrados não é citado nem mesmo sua sede como própria. A referida sede está localizada dentro do Parque de Exposições. Desta forma seu extenso patrimônio condizia apenas do quadro de seus associados, que por ventura mantivessem suas mensalidades em dia, ou seja, não possuía nenhum imóvel registrado em nome do Sindicato dos Produtores.

Entendemos o espaço público como uma categoria construída a partir das interfaces entre conceitos de esfera pública e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial). Embora o espaço público se constitua, na maioria das vezes, no espaço urbano, devemos entendê-lo como algo que ultrapassa a rua; como uma dimensão sócio-espacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas. Há de se verificar quando um espaço urbano pode ser caracterizado como público. Mas, a questão fundamental é saber que tipo de uso público ocorre. Em outras palavras, em que medida esse uso público pode ser caracterizado como construção de espaços públicos, e qual o papel desempenhado pela construção dos lugares nesse processo.

Apresentamos na íntegra, um artigo do então proprietário da Gazeta de Carangola, Presidente da Comissão Organizadora da Exposição e Sócio-Gerente da CODELPLAN Ltda, empresa responsável pela terraplanagem do terreno do Parque de Exposições.

Chamamos especial atenção, para o trecho que diz: “... Dr. Adnar (então prefeito municipal) aceitou o desafio se responsabilizando por toda mexida...” (Gazeta de Carangola Julho/1977)

Artigo do Sr. Paulo Figueiredo de Oliveira 1977 (fig 07)

Gazeta

Ano LX - 23/30 de julho de 1977-nº 2.573 **de Carangola**

Importantes declarações do Presidente da Comissão Organizadora da XXIXª Exposição.



Se alguém não assumisse a responsabilidade, impusesse condições na certeza de que é para melhorar que se muda, nós estaríamos eternamente sufocados num recinto que não é nosso, para atender os acomodados que preferem o rótulo ao invés do conteúdo.

Quando o Dr. Adinar aceitou o desafio se responsabilizando por toda essa mexida, ele sabia que teria apoio e que seu trabalho seria vitorioso. Em nenhuma oportunidade fomos negada participação.

Tudo isso faz com que as responsabilidades da comissão executiva tornem-se cada vez maiores e mais carentes da colaboração por parte de toda a classe de agropecuaristas.

E divertido quando alguém chega pela primeira vez ao local do trabalho, porque quase nunca dentre muitos, existe coincidências de opiniões o que nos faz ouvir durante todo o dia sugestões das mais variadas.

Somente uma coisa é certa: nós assumimos porque acreditamos e porque fomos acreditados.

A Você que nos lê, Carangolense, residente aqui ou ausente, veja não falhas cometidas mas o desejo de acertar.

Nós faremos de nosso parque, num futuro muito próximo, um dos melhores do Estado, desde que, Você participe prestigiando a nossa Exposição.

Carangola passa por um abalo para poder acordar de um sono intranquilo para se firmar novamente no conceito regional da Zona da Mata.

As estradas vêm mesmo. O DDD já chegou, empresas novas se projetam, nossa Gazeta está de roupagem nova, o Parque das Exposições é o que se vê, agora só nos falta acreditar nisso e acompanhar o progresso não ficando eternamente reclamando daquilo que nós mesmos provocamos com a nossa omissão.

Vamos assumir, "vamos ser a favor" e lembrar que ser contra não constrói, apenas justifica fraquezas.

Obrigado a todos que de uma forma ou outra nos assistem.

Sr. Paulo Figueiredo de Oliveira, Presidente da Comissão Organizadora da Exposição, Diretor Comercial da CODEL e Sócio-Gerente da CODELPLAN LTDA.

Nossa reportagem procurou ouvir o Presidente da Comissão Organizadora da XXIX Exposição Regional Agropecuária e Industrial de Carangola, Sr. Paulo Figueiredo de Oliveira, sobre os preparativos para a realização do certame, bem como do apoio integral que lhe tem sido dado pelo Sindicato Rural e Prefeitura Municipal de Carangola.

Deixando um pouco as suas tarefas de supervisor e ainda sob o barulho das máquinas, podemos anotar suas declarações abaixo:

-Quando se recebe uma missão não apenas por título, mas com o propósito de se fazer cumprir as funções, quando aqueles que delegam poderes o fazem com abertura e lealdade não tolindo as ações, e, além disso, dão todo apoio material e de presença, tudo se processa com normalidade.

Toda uma estrutura está sendo modificada em sua base, naquilo que já se tornara tradicional, mas com a firme intenção de acertar.

O Parque de Exposições à partir de 1970

A partir da década de 1970, o Parque de Exposições de Carangola passa por profundas transformações. Através de um projeto da prefeitura municipal, o leito do rio Carangola é modificado e a área que surge do aterro de parte do leito é anexada ao terreno. O espaço que, até então sofria pelas constantes cheias do rio, se vê livre das inundações. Dessa forma, passa por um processo de valorização imobiliária.

Nesse mesmo ano, o Sindicato dos Produtores Rurais, que utilizava esse espaço, consegue através da prefeitura local e de verbas de alguns políticos, os serviços de terraplanagem neste terreno. É nesse mesmo período, que podemos constatar através dos jornais da época, que o Sindicato dos Produtores Rurais passa a tratar o referido espaço como parte do seu patrimônio. Entretanto, de acordo com análise documental da época, não consta o Sindicato como proprietário do terreno, e sim a Prefeitura Municipal.

A sociedade local vê no Sindicato dos Produtores Rurais uma instituição neutra e independente politicamente, entretanto, quando analisamos o quadro de sua diretoria, podemos constatar que, vários de seus ex-dirigentes já ocuparam algum cargo político dentro do município, e ainda que, o apoio da prefeitura municipal sempre esteve ligado ao partido político que o dirigente do sindicato estava atrelado.

Não é possível pensar na exclusão fora do tempo e do espaço. A exclusão é criada, desenvolvida, moldada e realizada com bases nestes dois elementos. O território é o eleito por onde circulam as águas da exclusão. Mas, ao mesmo tempo, um determinado espaço público urbano pode estar excluído do seu conjunto, porque se tornou isolado ou fora dos circuitos, através da privatização.

Até o fim da década de 1970 e início da década de 1980, o Parque de Exposições não possuía ainda o muro em seu entorno, como pode ser observado, no fundo da figura (fig. 08) a seguir:

Parque de Exposições Tendo ao Fundo
Bairro Aeroporto Fig (08)



Fonte: Arquivo Geográfico Municipal (1982)

Podemos notar, na figura anterior (fig 08) e também na próxima (fig 09), que não existia nenhum obstáculo físico, entre o parque de Exposições e a rua, e podemos notar as primeiras construções habitacionais do Bairro Aeroporto.

Parque de Exposições (fig 09)



Fonte: Arquivo Geográfico Municipal (1982)

A década de 1980, acabou para os moradores de Carangola, como uma triste lembrança. No início do ano de 1988, a cidade sofreu a consequência de uma das maiores cheias do Rio Carangola, e algumas pessoas perderam suas vidas. Toda a população, ao longo das margens do rio ou perderam suas casas ou ficaram com as mesmas em situação precária. Diante do desastre natural, a prefeitura Municipal, abrigou parte dessa população desabrigada nas escolas do município, e nas dependências do Parque de Exposições

4 - Ressaltamos que o rio divide a cidade ao meio

e nas dependências do Parque de Exposições. Com início o do período letivo, essas pessoas tiveram que desocupar as escolas, porém, os desabrigados que estavam no Parque de Exposições, ficaram provisoriamente por mais um tempo.

Tal fato, gerou um certo desconforto para o Sindicato dos Produtores Rurais, que se sentiam os efetivos donos desse espaço. O Sindicato via a presença dessa população no parque como um estorvo, e vários foram os artigos publicados nos jornais locais, divulgando a depredação do “Patrimônio do Sindicato” pelos desabrigados.

Com a pressão imobiliária, tendo em vista o loteamento do Bairro Aeroporto, e devido às últimas cheias do rio Carangola, a população passou a construir suas casas em locais mais distantes do rio e as residências do Bairro Aeroporto ficaram mais próximas ao Parque de Exposições. Nesse momento, início da década de 1990, foi construído o muro em torno de todo o Parque de Exposições, utilizando-se mão de obra, maquinário, e parte de recursos da prefeitura.

No final da década de 1990, o Sindicato dos Produtores Rurais passou a cobrar ingressos para as festas promovidas dentro do Parque de Exposições. Dessa forma, configurou-se um novo embate, pois todos os anos por ocasião da Exposição Agropecuária e Industrial, havia uma verdadeira batalha jurídica envolvendo dois grupos políticos, por um lado, a diretoria do Sindicato apoiada pela prefeitura, configurando o poder municipal, de outro lado o contra poder representado por membros do grupo de oposição. De acordo com o momento político, um grupo poderia estar na situação ou oposição. O Sindicato vendia seus ingressos antecipados, mas em alguns dias da festa, era obrigado a abrir as portarias para o público em geral, por medida da promotoria pública. Quanto à justificativa para a cobrança dos ingressos, o argumento usado era de que a festa não era pública, pois o espaço era do patrimônio do Sindicato e a Prefeitura Municipal não estava arcando com todo o custo dos maiores shows. Porém, gostaríamos de salientar que a referida Prefeitura arcava com os shows mais baratos, com mão de obra e maquinário para manutenção, bem como financiava parte dos grandes shows, além do município ser o legítimo dono do terreno.

Ao longo da história do uso e ocupação do espaço por parte do Sindicato dos Produtores Rurais, foram esses os argumentos utilizados pelo Sindicato: a maior parte do terreno do Parque de Exposições pertencia ao seu patrimônio; O Sindicato era responsável pelas construções e manutenção das edificações, a exposição era uma festa particular, os recursos vindos da prefeitura não arcavam com as despesas da festa que era

promovida pelo Sindicato. A maneira pela qual os grupos sociais ordenam e sistematizam o seu mundo, qual é a ideologia que identifica o grupo, quais são os princípios que organizam seu universo simbólico e o tipo de poder que influencia suas ações e que marcam suas opções e comportamentos em relação ao espaço e a constituição dos territórios urbanos.

Em 2001, o então Prefeito Municipal Dr. Clério Knupp, encaminha no dia 18 de maio, ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Patrick Neil Drumond Albuquerque, um Projeto de Lei através de Ofício nº M-01-000221/2001, que prevê a doação da área pertencente à Prefeitura Municipal de Carangola para o Sindicato dos Produtores Rurais da Comarca de Carangola. No texto do referido ofício, podemos constatar os argumentos utilizados para a doação:

“A doação desta área ao Sindicato Rural, tem o propósito de regularizar a posse da referida área, onde o mesmo sindicato, no decorrer desses últimos 55 anos, vem realizando inúmeras obras e benfeitorias.

A Prefeitura nada mais faz, que entregar ao seu legítimo dono, o Parque de Exposições, que foi iniciado e vem sendo mantido graças aos esforços dos agricultores e pecuaristas da região.”

O Projeto de Lei, em discussão e votação em 21 de maio de 2001, três dias após o recebimento, foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. Houve apenas uma Emenda Aditiva, que significa apenas um complemento na matéria vinculada pela lei, que trata da autoria do 1º Secretário Vereador Francisco Carlos de Abreu Cabral, que pediu que fosse incluí-lo ao Projeto de Lei 038/2001, o memorial descritivo do Técnico em Agrimensura Sérgio Murilo Almeida Campos.(anexo)

Em 19 de junho de 2001, um mês após a criação do Projeto de Lei, esse recebeu parecer favorável de todas as Comissões da Câmara, entretanto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, representada por seu Presidente Décio Luiz Alvim Cancela (PFL); Secretário: Moacir Roner da Silva (PSDB);

Relator: Adir Mendonça de Araújo (PTB), faz considerações sobre o Parecer:

“O referido imóvel já está de posse do Sindicato a mais de 50 anos, não justifica deixar de fazer esta regularização, embora a referida área foi avaliada bem abaixo do valor real.”(Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas)

No entanto a 2ª discussão e votação, foi aprovada por unanimidade em 19 de junho de 2001. Com isso, a então área pública municipal de 10.396 m², passou ao Sindicato dos Produtores Rurais ao valor de R\$ 20.000,00 o que representa R\$ 1,92 o m² bem abaixo do valor de mercado, que na época ultrapassava os R\$ 5,00 o m².

Ao analisarmos a data de envio do Projeto de Lei, a 1ª discussão e votação, até a data da 2ª discussão e votação, percebemos que nesse projeto, não houve tempo para uma participação popular, pois o intervalo de dias do envio do Ofício nº M-01-000221/2001 à Câmara Municipal e sua Aprovação por unanimidade foram trinta e três dias. O Projeto de Lei que o prefeito municipal encaminhou à Câmara Municipal, data de 18 de maio de 2001 (sexta-feira), a assinatura do recebimento por parte da secretária da câmara municipal data do dia 22 de maio. A sua referida aprovação data de 19 de junho (terça-feira) de 2001, um intervalo de tempo de 28 dias corridos. Entretanto, devemos observar que ao descontar os sábados, domingos e dias em que não tem sessão na Câmara, esse período de tempo é ainda menor.

Ao observarmos a falta de participação popular, através de análise de jornais da época e também através de diálogo com a população, vimos que na maioria das vezes a população local não teve acesso aos fatos, ou ainda na maioria das vezes, os fatos foram manipulados ou deturpados. No caso do espaço denominado Parque de Exposições de Carangola, é comum ouvir da população, que a maior parte ou todo o terreno sempre pertenceu ao Sindicato, que o mesmo sempre arcou com todas as construções e manutenção do espaço.

O argumento da lei, diz que a mesma prestaria uma verdadeira homenagem a uma classe que tanto vem contribuindo para o desenvolvimento da região, e que a doação desta área ao Sindicato dos Produtores Rurais tem o propósito de regularizar a posse da referida área, onde o mesmo Sindicato, no decorrer dos últimos 55 anos, vem “realizando inúmeras obras e benfeitorias”.

Perece-nos interessante ressaltar, que após a construção do Estádio Municipal na década de 1930, o poder municipal tinha um projeto de uma avenida para o local, e até os idos da década de 1960 esse espaço era tido como público. Na década de 1970 após o

aterro de parte do rio Carangola, e a conseqüente valorização do terreno, o Sindicato passa a tratar o espaço como parte de seu patrimônio. Tais fatos leva-nos ao questionamento sobre o processo de apropriação do espaço em Carangola, pois, um grupo restrito da sociedade, que se autodenomina classe produtiva, em um dado contexto histórico, apropriou-se do espaço público, em detrimento dos interesses da coletividade. Desde o início do processo de apropriação, os poderes locais constituídos, apoiaram tal intuito. A elite local sempre esteve atrelada aos poderes públicos constituídos, seja legitimada pelo voto, seja influenciando e dominando diversos setores da sociedade. A maior parcela da sociedade local sempre se viu segregada nesse processo, tanto na criação do evento denominado Exposição Agropecuária, tanto no momento da discussão da doação do espaço público, através do Projeto de Lei 038/2001 de 18 de maio de 2001, com Parecer Favorável da Câmara dos Vereadores de nº 026/2001 de 19 de junho de 2001.

O espaço público Parque de Exposições, representava o local não-econômico, local de convívio, de encontro coletivo e de relação com o outro, e isso desapareceu com o processo de se refuncionalização. Até a sua alteração física, através da mudança do curso do Rio Carangola e depois, com o serviço de terraplanagem, a construção do muro em seu entorno, o Sindicato dos Produtores Rurais promove o efetivo processo de privatização, tornando o local econômico e rentável.

Atualmente, o Parque de Exposições está assim caracterizado (fig 10):

Parque de Exposições de Carangola-MG (fig10)



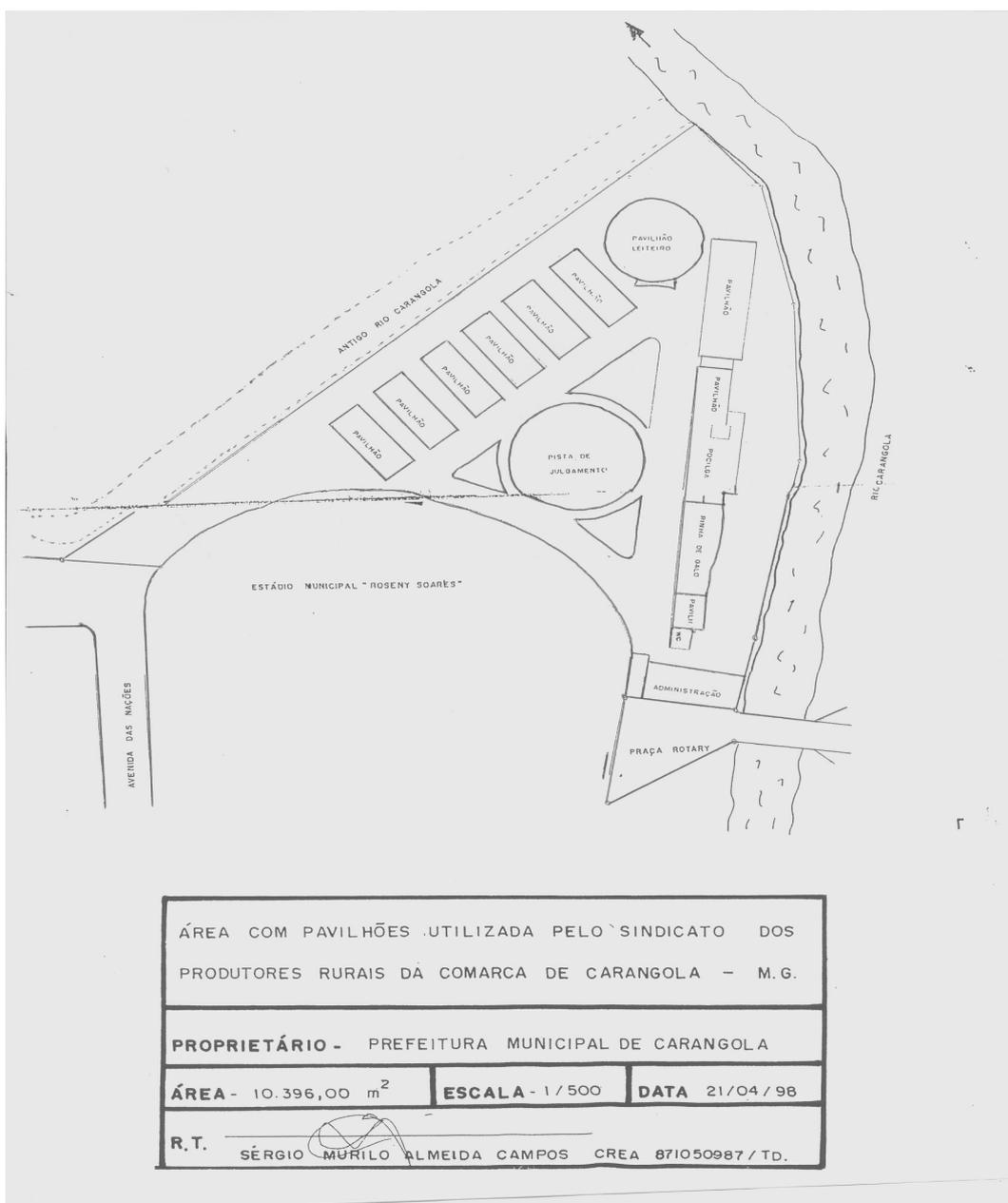
Fonte: Portal Carangola (2006)

4 - A exposição agropecuária anual promovida pelo Sindicato dos Produtores Rurais, tem a participação do comércio, da indústria e dos prestadores de serviços locais. Em ano eleitoral se transforma em palanque eleitoral, e é nesse momento que fica claro a que grupo político o Sindicato está atrelado, o que varia conforme a configuração da política regional. O opositor de hoje, pode se tornar o aliado de amanhã.

Nos parece bastante oportuno comparar, a figura anterior (fig. 10) com as figuras 08 e 09 das páginas 26 e 27 respectivamente do ano de 1982. Quando fazemos tal comparação, podemos notar a significativa ocupação do Bairro Aeroporto pelas residências no entorno do Parque de Exposições.

Com as figuras 11 e 12 a seguir, temos por objetivo demonstrar e caracterizar a área municipal que foi doada ao Sindicato dos Produtores Rurais de Carangola. A figura 11 é o Memorial Descritivo presente no Projeto de Lei, que faz parte do Projeto de Lei para a doação do referido espaço.

Memorial Descritivo do Parque de Exposições (fig .11)



A figura 12 representa a configuração atual do espaço denominado Parque de Exposições de Carangola, onde, podemos visualizar o muro em todo seu entorno.

Configuração atual do Parque de Exposições de Carangola (fig12)



Fonte: Portal Carangola (2006)

O muro em torno do Parque de Exposições serve para delimitar o espaço, e separa-o dos espaços públicos: estádio municipal, horto florestal e o abatedouro municipal. Neste aspecto, o parque de exposições representa um espaço de poder de alguns produtores rurais.

O poder se revela através das relações sociais, se manifesta através das capilaridades sociais, onde se mascara efetivamente através das instituições e seus atos aparentemente neutros e independentes.

O grupo representado pelos produtores rurais em um determinado contexto histórico teve o seu poder diminuído, por conta do abalo econômico da década de 1930. A criação do evento anual da exposição agropecuária representou para esse grupo, uma forma de projeção política. É justamente no período em que seu poder econômico é ameaçado, que se cria tal evento. As instituições políticas na época da criação e organização do evento deram apoio necessário a tal investida de acordo com artigos de jornais da época. Desde a criação e organização da exposição, outros grupos como os representantes do comércio, da

indústria, e prestadores de serviços, tiveram e ainda tem participação ativa na exposição, embora não tenham se beneficiado diretamente do processo de privatização do espaço.

A exposição anual serve de vitrine e exposição para os produtos agrícolas e industriais, fomenta o comércio local, pois é grande o número de visitantes que vão a Carangola no período da exposição anual. Dessa forma toda parcela da sociedade local sofre influência deste evento. Entretanto, no processo de privatização do Parque de Exposições, a população em geral esteve à margem das discussões. Mas, é importante ressaltar que só após a apropriação e uso do terreno por parte do sindicato, que o referido espaço tem sua identidade ligada à produção agrícola. Acreditamos que, todo conhecimento de um processo sócio-espacial deve sempre estar atrelado à história, não à história contada pelos vencedores.

O poder está em todos os lugares. Toda forma de resistência atua na rede da vida social, dado que toda relação social é relação de poder. A resistência quanto ao processo de privatização de espaços públicos, deve acontecer a partir da crítica aos grupos envolvidos, criticá-los de tal maneira, que o poder político que se exerce obscuramente através deles seja desmascarado, para que se possa combatê-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todo processo de privatização de espaço público urbano, na cidade de Carangola-MG, também é resultado de um processo histórico-social. Através da mudança da infra-estrutura urbana, o referido grupo dos Produtores Rurais, filiados ao Sindicato dos Produtores Rurais, com o apoio dos poderes constituídos, passaram a gerir o referido espaço.

Identificamos e reconhecemos a década de 1970 como ponto de intersecção, pois, é a partir dessa década que o Sindicato dos Produtores Rurais territorializam o Parque de Exposições, considerando o espaço como próprio

A privatização do Parque de Exposições não significa que o poder público, tanto estadual quanto municipal, tenha parado de financiar algumas reformas na infra-estrutura desse local. E ainda hoje, 2006, por ocasião da Exposição Agropecuária, mesmo após a privatização, efetivada por Projeto de Lei, a Prefeitura Municipal ainda arca com parte dos custos do evento Exposição Agropecuária e Industrial, fornecendo material, equipamentos e mão de obra.

Não houve efetiva participação popular na ocasião da doação do espaço. Poucas notas foram dadas nos jornais locais. O fato do terreno de 10.396 m² ter sido avaliado abaixo do valor de mercado R\$ 20.000,00 não gerou grande discussão. Algumas pessoas acreditam que foi avaliado por esse preço, porque a avaliação e conseqüente doação não eram de todo o terreno, já que, acreditava-se que a maior parte do terreno já pertencia ao Sindicato. É comum ouvir ainda hoje pela cidade, o argumento de que a Prefeitura era dona de apenas uma parcela do terreno, por isso a baixa valorização, o que demonstra a falta de conhecimento sobre os fatos. A imprensa local, na ocasião da doação, não fez maiores comentários. Acreditamos que falta de esclarecimento dos fatos pelos agentes envolvidos, contribuiu para facilitar o processo de doação.

Por ocasião da aprovação da Lei de Doação (privatização), somente uma Comissão da Câmara fez considerações sobre o parecer, no que diz respeito ao baixo valor de mercado, entretanto, votou a favor mesmo assim.

Entre os políticos locais, tornou-se comum acreditar que o Parque de Exposições sempre pertenceu ao Sindicato dos Produtores Rurais, e ainda ser legítimo a cobrança de

ingressos, mesmo a prefeitura arcando com parte dos custos da festa, seja através de dinheiro em espécie, seja através de melhoria e manutenção da infra-estrutura.

Cabe ressaltar que os meios de comunicação, tanto a imprensa escrita quanto à rádio local, estiveram a favor da elite dominante (Produtores Rurais e políticos locais), seja mascarando a realidade, seja omitindo os fatos. Os Produtores Rurais, sempre fizeram parte do Poder Legislativo ou Executivo. Dessa forma foi favorecido no processo de privatização desse espaço público urbano.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. **Informação e documentação: referências - elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

ABREU, Maurício de A. Estudos geográficos da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, jan. / dez. 1994.

CASTRO, Iná Elias de et alii (org). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.352p.

CORRÊA, Roberto L. **Espaço, um conceito chave da geografia**. In CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo. C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003. p.353.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo. Ática. 1989.

DAVIS, Kingsley. **A Urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 13-35.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre público e privado**. IEEI/USP. Cadernos de Pesquisas, v.35 – n.124. jan/abr.2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. 295p.

_____, Michel. **“Des espaces autres”** In: Dits e Écrits, tome 2: 1976-1988. Paris: Gallimard.2001.

Fèbvre, L. (1932) – Geographical Introduction to History. London, Kegan Paul.

GOMES, Paulo C.C. **A condição urbana – Ensaio de geopolítica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

GUIDUGLI, Odeibler S. **Problemas Urbanos**. Jornal Diário do Rio Claro, 23-5-1982, p.12.

LACAZE, Jean P. **Os Métodos do Urbanismo**. Ed. Papirus. SP. 1993.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.

_____. **La somme et le reste**, 1959, reeditado Méridiens Klincksieck,

LESSA et al.(Orgs.) **Manual para Normalização de Publicações Técnico Científicas**. 5.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PECHMAN, Robert M. (org). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. 1994.

RAFFESTIN, Claude. 1993. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática.

RIBEIRO, Luiz C. de Q. **Cidade e Cidadania: Inclusão Urbana e Justiça Social**. Revista Ciência e Cultura. SBPC. Ano 56, n° 02 (abr/jun). 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.308.

_____. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 157.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 3ª Edição. São Paulo; Nobel, 1996.

_____. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, (coleção espaços), 1992.

_____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SEABRA, Odete C.de Lima. A insurreição do uso. In. MARTINS, José de Souza et. al (org): **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, 1996.

SOJA, Edward W. I. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1993, p.324.

SOUZA, Marcelo J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand,1995,p.77-116.

_____. As drogas e a 'questão urbana' no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos: In: CASTRO, Iná Elias de et. al. (org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In **Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n.3, jul/dez 1997, p.13-35.

_____. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 2ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003. 560p.